

Eleições 2008: por quem e como são selecionadas as listas partidárias às Câmaras de Vereadores de três capitais brasileiras.¹

Maria do Socorro Sousa Braga²
Luciana Fernandes Veiga

Nos últimos anos o processo de seleção de candidaturas se tornou objeto de estudo mais recorrente na Ciência Política brasileira e em países da América Latina, o que indica que cada vez mais esta fase da vida partidária ganha maior relevância para a compreensão do funcionamento das instituições numa democracia partidária, deixando, portanto, de ser subestimada. Até recentemente, tal procedimento despertava a atenção de apenas poucos acadêmicos, sendo tido como um assunto interno à organização partidária, restrito aos seus líderes e negociado em uma sala do diretório quase como mais um ponto administrativo do partido³. Idéia que GALLAGHER (1988) rebate veementemente. Para ele, o procedimento de seleção de candidatura traz muitas implicações para o sistema político na medida em que a qualidade dos candidatos selecionados determina a categoria dos políticos eleitos e ainda das políticas públicas que poderão produzir. Ademais, continua GALLEGHER (1988), a maneira como os partidos políticos selecionam os seus candidatos pode apontar para como as legendas conduzem suas negociações e decisões internas.

De acordo com NORRIS (1997) o processo de recrutamento envolve quatro diferentes níveis de análise: a) o sistema político de maneira geral, abordando a regulação legal e os sistemas partidário e eleitoral, isto é, a estrutura das oportunidades no mercado político; b) as regras e procedimentos de recrutamento nas legendas, envolvendo particularmente o grau de democracia interna às organizações partidárias e

¹ Este artigo é versão preliminar dos primeiros resultados referentes ao trabalho de campo realizado para o projeto *Quem escolhe os candidatos: Partidos Centralizados ou Descentralizados?* O projeto tem o financiamento do CNPq, a coordenação da Profa. Maria do Socorro Sousa Braga e as participações das professoras Luciana Fernandes Veiga e Gabriela Tarouco.

² Maria do Socorro Sousa Braga é professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSCAR e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma instituição. Luciana Fernandes Veiga é professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPR e vice-coordenadora do Programa de Mestrado em Ciência Política da mesma instituição.

³ Ver entre outros trabalhos os de BRAGA, 2009; BRAGA & VEIGA, 2009; BRAGA e PRACA, 2007, ALVARES, 2006; SANTOS, 2000.

as regras que definem a seleção de candidatura; c) a oferta de candidatos; e d) as demandas dos *gatekeepers* (eleitores, membros partidários, financiadores de campanha ou líderes partidários), que selecionam alguns entre muitos aspirantes.

A partir desse arcabouço teórico mais geral, visamos neste artigo nos debruçar mais detalhadamente sobre uma das dimensões do processo de seleção dos candidatos qual seja, os *selecionadores* em cada um dos sete partidos examinados: PT, PMDB, PSDB, DEM, PDT, PSB e PP. Para isso será examinada a eleição de 2008 para a Câmara dos Vereadores em três capitais brasileiras: São Paulo, Curitiba e Salvador.

Interessa-nos responder aqui as seguintes questões: quem seleciona os candidatos a vereador nesses partidos e nessas cidades? Existem restrições para a participação nessa fase da seleção nos partidos? Se existem, qual o impacto dessas restrições na quantidade e natureza dos selecionadores? Quais os mecanismos estratégicos usados para selecionar? Em quais critérios os selecionadores se baseiam para incluir e/ou excluir um postulante? O foco principal, portanto, estará nos selecionadores, interessando-nos identificá-los e entender como eles coordenam a composição das listas.

Como já mencionamos, a identificação do quadro de membros que define as candidaturas é importante na medida em que possibilita a revelação de vários processos de tomada de decisões intrapartidários e indica os tipos de relações existentes entre os dirigentes e os filiados do partido. Isso porque uma seleção realizada por meio de eleições internas pode sinalizar, por exemplo, um nível maior de inclusão dos filiados nesse processo decisório, enquanto que a escolha realizada por um único dirigente pode apontar para uma estrutura decisória mais fechada e rígida.

Ademais, com esta análise é possível verificar ainda os vínculos existentes entre os dirigentes partidários e os futuros representantes. Vários estudos têm avaliado esse aspecto por meio de um contínuo que representa os vários graus de inclusão da seleção. Dessa maneira, nos extremos temos o caso dos candidatos escolhidos por um único líder do partido, que detém o monopólio da seleção, e, do outro lado, a possibilidade de que a seleção seja definida por meio das primárias, definindo, portanto, um nível máximo de participação.

Nesta discussão, pode ser inserido ainda o debate a respeito do envolvimento das diversas esferas partidárias (municipal, regional, estadual ou nacional) na seleção. Neste aspecto, supõe-se que no caso de candidaturas definidas de acordo com mecanismos mais centralizadores nas lideranças das legendas haverá maior disciplina interna, já que

os aspirantes têm conhecimento de que estarão sob vigia dos dirigentes ao exercerem seus mandatos e que dependem do contentamento dos mesmos para conseguirem uma próxima candidatura.

Interessa-nos ainda identificar que aspectos eles valorizam entre os aspirantes. Ao chegar neste item, tem-se a discussão sobre a demanda dos gatekeepers. GALLEGHER (1988) destaca que os valores dos selecionadores – em geral um grupo pequeno dos dirigentes partidários – podem ter um mais impacto em uma eleição do que os valores dos eleitores. A literatura aponta uma série de requisitos desejáveis entre os recrutadores em relação aos aspirantes tais como: serviço partidário, qualificação formal, experiência legislativa, habilidade para se comunicar, recursos financeiros, conexão política, ter um nome reconhecido, uma rede com o seu grupo social ou profissional, ambição ou já ser político. (NORRIS, 1997)

O primeiro ponto a ser investigado neste artigo é quem elabora as listas partidárias para a disputa do legislativo, no caso, a Câmara dos Vereadores. RANNEY (1981), em seu estudo sobre a seleção de candidatura na Inglaterra, concluiu que o padrão mais comum é a seleção a partir das discussões partidárias no próprio distrito eleitoral sob alguma forma de supervisão das agências regionais e nacionais, mas também seria muito comum a seleção pela agência nacional depois das considerações e sugestões feitas pelas agências partidárias do distrito eleitoral e regionais. Ou seja, haveria uma interlocução entre as esferas locais, regionais e nacionais na definição da lista partidária. Já CZUDNOWSKI (1975) acredita existir um padrão na seleção dos candidatos em todas as instituições, isto é, importantes decisões são tomadas informalmente por grupos que possuem influência e ratificadas por um procedimento formal.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira. Na próxima seção situamos os contextos políticos nas três cidades analisadas, quando apresentamos quais são as principais forças políticas de cada capital, qual foi o resultado do processo de seleção realizado por cada partido examinado e, ainda, comparamos como ficaram os três subsistemas após o veredicto do eleitor. Na seção seguinte, direcionamos nossos esforços para compreendermos, mais detalhadamente, a dimensão dos selecionadores, buscando responder as questões que norteiam este estudo. Para isso, apresentamos, a partir de entrevistas em profundidade, quem foram efetivamente os selecionadores na disputa para a Câmara dos Vereadores em 2008 nas três capitais. Ainda nesta seção, buscamos analisar quais valores/ou critérios foram determinantes entre os aspirantes

para a efetivação de sua candidatura e para o seu sucesso eleitoral na perspectiva dos selecionadores. Ao final, tecemos as considerações finais.

1. Os Contextos Municipais

O objetivo desta seção é contextualizar o recrutamento partidário dos candidatos à vereança ocorrido em três capitais representativas das regiões Sudeste, Sul e Nordeste: São Paulo, Curitiba e Salvador. Buscamos responder as seguintes questões: como estavam situadas as forças partidárias antes das eleições de 2008 em cada uma das cidades? Quantos e quais partidos e candidatos participaram do processo de seleção? Qual foi o resultado da competição partidária naqueles três contextos locais?

O poder municipal na legislatura de 2004-2008 em cada uma das cidades analisadas teve composição política bem singular. A cidade de São Paulo foi governada pela coligação PSDB / PFL / PPS, tendo, inicialmente, José Serra (PSDB-SP) como prefeito. Quando este deixou o cargo para disputar o pleito para o governo do Estado no pleito de 2006, o seu vice, Gilberto Kassab do DEM-SP⁴, assumiu seu posto. A eleição de 2008 foi bastante disputada, com três candidatos dividindo a grande maioria dos votos. A definição se deu somente no segundo turno, com a reeleição do candidato democrata. O prefeito Gilberto Kassab foi reeleito com 2.140.423 votos, por uma nova coligação: PR - PMDB - PRP - DEM - PV - PSC. Já o PSDB dividido⁵, comporia a coligação PTB - PSDB - PHS - PSL – PSDC e lançaria o então governador Geraldo Alckmin. O candidato do PSDB obteve 1.431.670. A segunda maior força eleitoral da cidade nesse pleito foi encabeçada pela candidata do PT, Marta Suplicy. A coligação PT - PC do B - PDT - PTN - PRB – PSB logrou 2.088.329 votos. Ao todo 11 candidatos disputaram a prefeitura de São Paulo, sendo quatro por coligações e cinco por partidos individuais⁶.

⁴ Em início de 2007, o PFL trocou de nome e o partido passou a ser chamado de Democratas - DEM.

⁵ A divisão no PSDB se deu em torno da escolha do candidato para disputar a prefeitura. Um grupo sob a liderança do então governador José Serra optou por continuar apoiando o então prefeito Gilberto Kassab enquanto o outro grupo – este sob jugo do Deputado José Aníbal, então líder do PSDB na Câmara dos Deputados - optou por defender a candidatura do ex-governador Geraldo Alckmin.

⁶ Os outros candidatos que concorreram no pleito de 2008 conseguiram a seguinte votação: PAULO MALUF (PP) obteve apenas 376.734, ANAI CAPRONI (PCO) ficou com 1.656 votos, CIRO (PTC), obteve 3.825 votos, EDMILSON COSTA (PCB) conseguiu 4.300 votos, IVAN VALENTE (PSOL), em coligação com o PSOL obteve 42.616, LEVY FIDELIX (PRTB), chegou aos 5.518 votos, RENATO REICHMANN (PMN) ficou com 7.234 votos e SONINHA (PPS) obteve 266.978.

No que diz respeito às eleições para o Legislativo municipal paulistano as informações da tabela 01 revelam que 1075 candidatos disputaram uma cadeira para aquela Câmara. Apesar dessa ampla quantidade de opções nenhum dos 28 partidos apresentou o número máximo de candidatos permitidos pela legislação⁷. Os partidos com a maior oferta de quadros foram, por ordem de grandeza, o PSDB, com 89, o PPS, com 66 e em seguida vem o PDT, com 63 postulantes. Na seqüência, ficaram o PP, com 53 e o PT, com 52. Ainda entre os partidos analisados, aqueles que contribuíram com a menor porção de candidatos foram o DEM, com 31, PMDB, com 27 e o PSB com 23. Juntos esses partidos contribuíram com 31% do total de candidaturas.

Em termos de votação os sete partidos analisados concentraram 66% dos votos válidos, indicador primordial da relevância representativa dessas forças partidárias na cidade de São Paulo. Neste pleito, individualmente, a maior votação foi obtida pelo PT, com 21,49% dos votos, seguido muito de perto pelo PSDB, com 21,12% dos votos. O DEM ficou com a terceira maior votação, chegando a 14,6%.

Tabela 1- Resultado geral das eleições de 2008 para vereador na cidade de São Paulo

Partidos	Numero de candidatos		Votos válidos		Numero de cadeiras		Numero de reeleitos	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
DEM	31	3	878.091	14,62	7	12,7	5	13,2
PSDB	89	8,3	1.268.588	21,12	13	23,6	12	31,6
PMDB	27	2,5	226.958	3,78	2	3,6	2	5,2
PP	53	5	263.038	4,38	2	3,6	2	5,2
PT	52	5	1.290.441	21,49	11	20,0	10	26,3
PSB	23	2,1	81.857	1,36	2	3,6	0	0
PDT	63	6	15.988	2,66	1	2	1	2,6
Total desses partidos	335	31,2	4.168.853	66,2	38	69,1	32	84,2
Outros partidos	737	68,5	2.132.779	33,8	17	30,9	6	15,8
Total geral	1075		6.301.632		55	100%	38	69,1

Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos do TSE.

⁷ De acordo com a RESOLUÇÃO 22.717, art. 22: Cada partido político poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art. 10, *caput*). No caso de coligações, independentemente do número de partidos políticos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher (Lei nº 9.504/97, art. 10, § 1º). Sendo assim, nos casos das cidades estudadas:

Cidade	Nº de Vagas	Nº Máx. Candidatos por Partido	Nº Máx. Candidatos por Coligação
Curitiba	38	57	76
Salvador	41	62	82
São Paulo	55	83	110

Em relação à composição das forças políticas na Câmara Municipal paulistana, conforme tabela 1, os partidos governistas obtiveram um pouco mais de 50% das cadeiras naquele pleito com o PSDB, obtendo 13 cadeiras, o DEM, 7, o PR, 5 e o PPS e o PMDB, 2. Enquanto na oposição, o PT obteve 11 assentos e o PCdoB e PSB, ambos com duas cadeiras. Os demais partidos juntos agregaram 13 cadeiras.

Um último aspecto a considerar se refere ao número de representantes em cada partido que conseguiu se reeleger. Como podemos ver na tabela I, a maior parte dos vereadores que se reelegeu está filiada aos sete partidos analisados, isto é, 84%. Fato que demonstra que além desses partidos agregarem a maior parcela de votos e de cadeiras também concentra o maior número de representantes que conseguem se manter naquela Casa Legislativa. Ao mesmo tempo também vimos que essa variável, a reeleição, explica ao menos em parte a relevância desses partidos na cidade de São Paulo, pois como demonstrado, esses sete partidos apresentaram apenas 31% das candidaturas. Fato que está relacionado com as estratégias das lideranças desses partidos ao coordenarem suas ações em coligação e apresentarem um número de candidatos abaixo do permitido pela legislação.

Já em Curitiba a coligação PSDB / PSB / PDT / PP / PAN / PTN / PRONA / PSL, encabeçada por Beto Richa, do PSDB-PR governou a cidade de 2004 a 2008. No pleito de 2008, Beto Richa, a frente da coligação PSDB - PP - PSL - PDT - DEM - PSB - PPS - PR - PSDC - PRP – PTN, foi reeleito com 77% do total dos votos, ainda no primeiro turno. A segunda maior coligação, composta por PT, PTC - PHS - PMN - PRB - PSC, encabeçada por Gleisi Hoffmann do PT, obteve 18% dos votos⁸.

No que se refere ao resultado do processo de seleção das candidaturas para a Câmara de Vereadores em Curitiba, a tabela II mostra que 794 candidatos disputaram aquele pleito por 25 agremiações. Os sete partidos examinados apresentaram 47% do total de candidaturas. E entre esses os partidos que individualmente contribuíram com mais candidatos foram o PSDB e o PDT, 68 e 63, respectivamente. Em seguida vem o PSB com 54 postulantes. Já o PP foi o partido com o menor número de candidaturas.

⁸ Os demais candidatos que participaram desse pleito foram: BRUNO MEIRINHO (PSOL), pela coligação PSOL - PCB – PSTU, obteve 4.464; REITOR MOREIRA (PMDB), conseguiu apenas 1% dos votos (19.157), FABIO CAMARGO (PTB) obteve 5.366 votos pela coligação coligação PTB – PRTB, já LAURO RODRIGUES (PT do B) teve 888 votos, MURICIO FURTADO (PV): 8.906 e RICARDO GOMYDE(PC do B) ficou com 7.187.

Nota-se, portanto, que em Curitiba, diferentemente da capital paulistana, a maioria dos partidos estudados apresentou uma quantidade de postulantes muito próxima do máximo permitido pela legislação.

Tabela II- Resultado geral das eleições de 2008 para vereador na cidade de Curitiba

Partidos	Numero de candidatos		Numero de votos Válidos		Numero de cadeiras		Numero de reeleitos	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
DEM	51	6,4	73.171	7,6	3	7.6	2	10
PSDB	68	7,9	255.086	26,4	13	34.2	7	35
PMDB	50	4,9	58.003	6,1	2	5.0	1	5
PP	37	7,4	48.189	5,1	2	5.0	1	5
PT	52	6,8	78.047	8,1	3	8.1	2	10
PSB	54	8,5	66.043	6,8	3	8.1	2	10
PDT	63	6,6	69.061	7,2	3	7.2	3	15
Total desses partidos	375	47,2	647.6	67,3	29	76,3	18	90
Outros partidos	419	52,8	2.634.93	32,7	9	23,7	2	10
Total	794	100	3.262.783	100	38	100	20	100

Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos do TSE.

No que diz respeito ao número de votos obtidos pelos partidos em Curitiba, a tabela II revela que, assim como São Paulo, os partidos investigados concentraram alta taxa dos votos válidos (67,3%), ou seja, o subsistema de Curitiba também se mostrou muito centrado em poucos partidos, dividindo grandes parcelas do eleitorado e tendo um único partido, o PSDB, agregando o maior percentual de votos (26% do total), cadeiras (34% do total) e número de vereadores reeleitos (35%).

Já em relação à composição da Câmara curitibana, além do PSDB que concentrou 34% das cadeiras, como já mencionado, temos o PT e o PSB, ambos com 8% das cadeiras, seguidos pelo DEM e o PDT com 7,6 e 7,2%, respectivamente. Os demais partidos examinados obtiveram no máximo 5% das cadeiras.

Por fim, em relação à variável reeleição, a tabela II revela que ao todo 20 dos 38 representantes municipais conseguiram permanecer naquela Casa. Destes, 90% pertenciam aos partidos examinados, ocorrendo processo semelhante ao observado na Câmara paulistana. Entre esses partidos, o PSDB reelegeu o maior contingente de vereadores, 35% do total. Em seguida ficou o PDT, com 15%.

Já a cidade de Salvador foi governada durante o período de 2004-2008 por João Henrique Carneiro (PDT-BA, em 2004) eleito pela coligação PDT / PSL / PSC / PMN / PSDB / PRONA. No pleito de 2008, Salvador contou com apenas 05 candidatos à

prefeitura da cidade com uma fortíssima concentração de votos em apenas três candidatos. As eleições somente foram decididas no segundo turno, com a reeleição do prefeito da cidade. João Henrique, desta vez, entrou na disputa como candidato pelo PMDB e, concorrendo pela coligação PMDB, PTB, PDT, PMN, PSL, PSC, PP, PHS e PRTB, obteve 402.684 votos. Em segundo lugar ficou Walter Pinheiro (PT-BA) pela coligação, PC do B - PV - PT – PSB, com 390.933. E, terceiro lugar ficou ACM Neto (DEM-BA) pela coligação DEM - PR - PRB - PTN - PTC - PSDC - PRP - PT do B com, 346.881votos⁹.

No que diz respeito às eleições para o Legislativo municipal da capital baiana, a tabela III revela que, 818 candidatos concorreram às 41 cadeiras daquela Casa. Ao todo 26 partidos participaram daquele pleito. De acordo com as informações apenas 28% dos postulantes foram apresentados pelos sete partidos examinados, aspecto também já observado no processo de seleção ocorrido nas cidades de São Paulo e Curitiba. Entre os partidos estudados, o PDT foi o partido que apresentou o maior número de candidatos, seguido do PT, PMDB e PSB.

Tabela III – Resultado geral das eleições de 2008 para vereador na cidade de Salvador

Partidos	Numero de candidatas		Numero de votos		Numero de cadeiras		Numero de reeleitos	
	N	(%)			N	(%)	N	(%)
DEM	22	2,6	58.151	5,3	3	7,3	2	9,5
PSDB	31	3,8	46.537	4,4	2	4,8	1	4,7
PMDB	44	5,4	120.657	11	6	14,6	6	28,6
PP	6	0,7	3.014	0,2	0	0	0	
PT	45	5,5	106.465	9,7	6	14,6	2	9,5
PSB	41	5,0	53.286	5,1	2	4,8	2	9,5
PDT	50	6,1	52.382	4,9	2	4,8	2	9,5
Total desses partidos	230	28,2	440.192	40,6	21	51,2	14	66,7
OUTROS PARTIDOS	588	71,8	651.984	59,4	20	48,7	7	33,3
TOTAL	818		1.092.176		41	100	21	

Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos do TSE.

Quanto aos resultados eleitorais, o quadro III revela que os partidos investigados concentraram 40% dos votos válidos, aquém dos resultados obtidos em Curitiba e em

⁹Os demais candidatos na disputa pela prefeitura de Salvador foram: o ex-prefeito da capital Antônio Imbassahy (PSDB-BA) com a coligação com o PPS, obtendo 108.660 e o candidato do PSOL, HILTON COELHO, pela coligação PCB - PSOL – PSTU, obteve 51.196

São Paulo. Entre os partidos estudados o PMDB – partido do prefeito reeleito - foi o partido mais forte eleitoralmente, conquistando 11% dos votos. O segundo melhor desempenho foi o do PT, que obteve 9,7% dos votos. Em seguida ficaram o DEM e o PSB, com apenas 5,3% e 5,1% cada um.

No que diz respeito à representação legislativa, a Câmara de Salvador aparece altamente concentrada em dois partidos: o PMDB (do prefeito) e o PT (do governador Jacques Wagner). Os dois conseguiram a mesma representação, isto é, quase 15% dos 41 assentos. O DEM é a terceira força com 7,3% das cadeiras. Outra informação importante é a de que os partidos analisados elegeram 51% das cadeiras da capital baiana, sendo a mais equilibrada quando comparada com a composição das outras duas cidades examinadas.

Finalmente, em relação à taxa de reeleição a Câmara de Salvador reelegeu 51% dos vereadores, ficando atrás da taxa de reeleição de Curitiba, 52,6%, e mais ainda da encontrada em São Paulo, 69%. Entre os estudados, o PMDB foi o partido com o maior número de reeleitos, chegando a quase 29%.

Visto os contextos políticos onde ocorreram os processos de seleção examinados, na seção seguinte buscamos investigar quem foram os selecionadores em cada partido e quais critérios foram usados para incluir e/ou excluir os postulantes e organizar a lista partidária.

2. Quem são os selecionadores nas capitais? Quais foram os critérios usados?

A seguir, o objetivo é analisar quem elaborou a composição das listas partidárias e identificar quais critérios foram utilizados no cumprimento de tal tarefa. A análise será apresentada por capital. Como será visto, o recrutamento não obedeceu a um padrão comum às três cidades estudadas. Destaca-se, por exemplo, estratégias diferenciadas entre São Paulo e Curitiba. Enquanto na capital paulista, os dirigentes decidiram por não preencherem a chapa em sua totalidade, os selecionadores de Curitiba demonstraram grande empenho em fazê-lo.

2.1) São Paulo¹⁰

2.1.1) Quem são os selecionadores

O exame da dimensão de quem seleciona os candidatos a vereador nos partidos investigados revelou que existe três padrões básicos: primeiro, mais descentralizado, sendo o PT e o PSB, os partidos que realizam eleições internas fechadas, ou seja, somente os filiados dos diretórios zonais podem participar. De acordo com seus dirigentes, numa primeira fase desse processo, os filiados zonais são responsáveis por indicar em cada zonal os postulantes a uma vaga na lista partidária. O número de candidatos de cada zonal é proporcional ao número de filiados registrados em cada uma delas, antes de começar as eleições internas. Os filiados mais votados são consultados se realmente querem participar do pleito como candidatos e somente com a aprovação destes será composta a lista partidária a ser apresentada a todo o conjunto dos eleitores paulistanos. Sendo assim, esse padrão se caracteriza por ser o mais inclusivo no que diz respeito ao processo de tomadas de decisão quanto à conformação da lista partidária e também mais democrático, uma vez que diversos membros participam do processo de seleção no PT e no PSB.

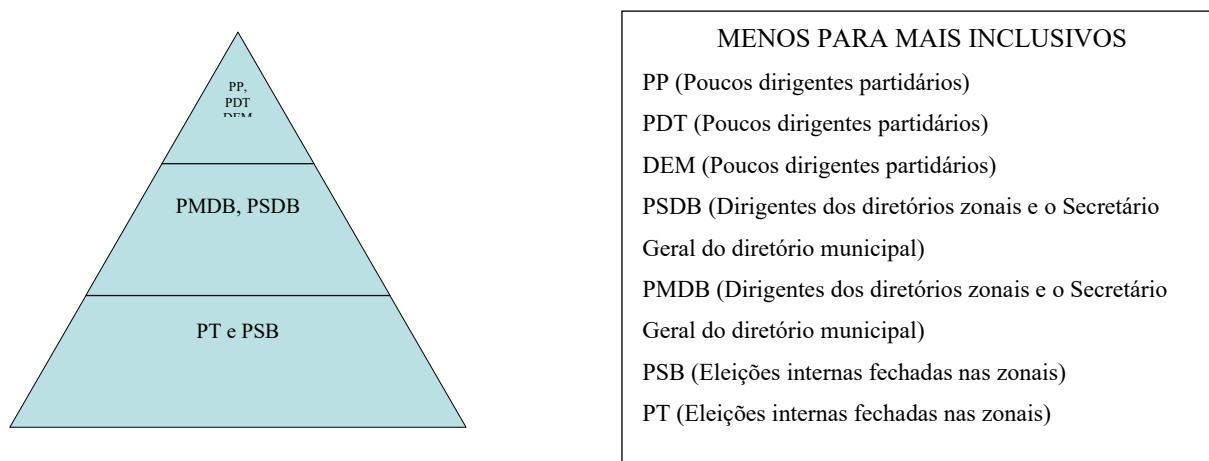
Segundo, um padrão menos descentralizado foi relatado pelos membros do PSDB e do PMDB que participaram diretamente da organização da seleção. No caso desses dois partidos, algumas lideranças partidárias, normalmente o presidente do diretório zonal e o secretário de organização e outros auxiliares decidem quais são os filiados que vão compor a lista partidária previamente e na convenção partidária todos os filiados são convocados a homologarem ou não, por meio do seu voto, a chapa completa. No caso dos dois partidos, outras questões também poderão constar nas cédulas de votação para os filiados se manifestarem nas urnas. Normalmente são questões para resolver se esses partidos fazem ou não coligações, qual candidato (e partido) poderá ser o vice na chapa para prefeito ou mesmo permitir/delegar as lideranças que estão no comando do partido decidirem posteriormente alguma pendência em relação à disputa eleitoral que virá. Nesse padrão predomina um grau menor de descentralização das decisões intrapartidárias e de democratização da

¹⁰ Em artigo anterior BRAGA e PRACA (2007) analisam o processo de seleção dos candidatos a Câmara Paulistana nas eleições de 2004.

participação dos membros, com maior controle, portanto, dos selecionadores sobre a formação da lista partidária.

O terceiro padrão observado é o mais centralizado, ou seja, com as lideranças dos partidos controlando todo o processo de seleção. Aqui estão incluídos PP, DEM e PDT. No caso deste último partido, uma das explicações de suas lideranças para tal processo está relacionada com o fato de o partido apresentar baixa organização partidária na capital paulistana, o que dificultaria a arregimentação de filiados mais envolvidos com as atividades internas da organização. Nesses partidos, as principais lideranças de cada grupo político – em geral, poucos líderes no caso do PP e integrantes da comissão executiva nos casos do PDT e do DEM - montam a lista partidária e decidem todas as questões pertinentes ao processo de competição eleitoral. Os poucos filiados que participam da convenção desses partidos, normalmente são os candidatos, assessores parlamentares e outros profissionais envolvidos nas campanhas individuais de cada candidato, sendo que eles apenas tomam conhecimento e homologam os resultados das decisões resolvidas anteriormente. Trata-se, portanto, de partidos com a menor participação dos filiados no processo de seleção e montagem da lista partidária, constituindo-se nos mais centralizados e menos democráticos.

Quadro I: Grau de Centralização do Processo de Seleção: São Paulo.



2.1.2) Que valores são considerados pelos selecionadores na elaboração das listas

No que diz respeito aos critérios adotados pelos partidos para realizar a seleção dos candidatos há quase que um consenso entre o DEM, PP, PMDB, PSDB e PDT de que o *primeiro valor* a ser observado num postulante seja o *seu potencial eleitoral*. Já

no caso do PT e do PSB seus dirigentes apontaram para o fato do filiado-postulante ser membro orgânico da organização partidária, isto é, quanto maior o envolvimento e tempo desse filiado no partido maior a chance dele ser escolhido pelos demais filiados para representá-los nas arenas políticas do Legislativo.

Outra condição apontada pelos entrevistados do PDT, PMDB, PSDB, DEM e PP foi que o aspirante contasse com estrutura financeira para custear sua campanha eleitoral. Nesse grupo de partidos também encontramos exigências específicas. Um desses critérios foi mencionado pelo dirigente do DEM, o ex-governador de São Paulo, Claudio Lembro. De acordo com ele, para ser candidato pelo DEM seria necessário que houvesse convergência entre a linha de pensamento do postulante e a do DEM, que os aspirantes tivessem boa dicção e apresentação pessoal, além de desenvoltura para falar em público e escolaridade. Já no PSDB, foram salientados como requisitos cruciais o fato de o postulante já ter sido candidato em pleitos anteriores e ter pertencido a algum grupo temático de relevância e expressão na sociedade. E, no PP e no PDT, além de qualidades relacionadas à capacidade de liderança política também foi citado como requisito importante, o grau de formação educacional do futuro candidato. Para o PP, quanto mais alto o grau de instrução formal do aspirante maiores serão suas chances de obter uma candidatura.

Já o PT e o PSB, segundo seus dirigentes, preocupam-se mais com requisitos organizacionais intrapartidários dos postulantes, suas orientações ideológicas e inserção nos movimentos sociais. Observa-se ainda, que o PT tende a dar maior peso aos postulantes que apresentam maior envolvimento na máquina partidária como dirigente. Ao passo que o PSB, leva mais em conta o tempo de filiação do quadro ao partido para escolhê-lo como candidato ao legislativo municipal.

Os diversos critérios apresentados pelos partidos analisados nos levam a verificar que existem diferenças importantes entre as exigências e valores buscados pelos selecionadores de cada agremiação. Ao mesmo tempo vimos que existem requisitos comuns aos grupos de partidos os aproximando. Tais aproximações colocam o PMDB, PSDB, PDT, PP e DEM num contínuo de características sócio-econômicas e próprias da carreira política que estão de acordo com a origem organizacional desses partidos.

Num outro contínuo estariam o PT e o PSB, cujas exigências dos selecionadores voltam-se, principalmente, para o grau de organicidade e ativismo dos postulantes. Esse fato é importante porque nos mostra que, ainda que seja cada vez menor a filiação

partidária nos dias atuais, ainda faz diferença nos partidos de origem externa, mesmo que esses também dependam cada vez mais dos recursos do Estado para sobreviverem e menos da gama de seus filiados.

2.2) Curitiba

2.2.1) Quem são os selecionadores

O primeiro ponto importante encontrado neste estudo sobre a seleção de candidaturas na capital paranaense foi que a oferta de candidatos é menor do que a demanda dos partidos. Isto é, as legendas tendem a não conseguir completar a lista partidária. Na perspectiva dos selecionadores, os motivos para tal dificuldade estariam: a) na concorrência entre legendas em decorrência de um sistema partidário muito fragmentado; b) na desilusão com a política em muitos segmentos da sociedade; c) nas dificuldades impostas pela escassez de tempo e recursos em campanhas eleitorais.

Desta forma, ao invés de termos selecionadores debruçados diante de uma lista de pré-candidatos concorrendo entre si por uma candidatura, temos recrutadores partidários em busca de lideranças capazes de angariar votos para suas legendas. A solução para reduzir a demanda por candidatos seria a formação de chapa, coligações para a disputa proporcional. Estratégia que nem sempre agrada os selecionadores que acreditam que teriam suas possibilidades restritas no que se refere às funções de formação e promoção de novos nomes dentro do partido.

Eu não acredito que algum partido consiga montar uma lista para a proporcional com facilidade. A não ser que seja um “chapão”. Mas, por outro lado, se a opção for por um “chapão” com um grande partido, o partido começa a ter dificuldade para a inclusão de candidatos da base da pirâmide e da linha intermediária. (Curitiba/PSB)

Assim na prática, encontramos dirigentes partidários disputando lideranças sociais e de bairro. Em Curitiba, a concorrência parece ser muito acirrada. Por outro lado, é importante ressaltar mais uma vez que tal comportamento não foi verificado em São Paulo, onde o não preenchimento de todas as vagas da lista foi tido como uma estratégia eleitoral.

Hoje, dia 30 de julho de 2009, ocorre neste sentido: o partido é quem procura o candidato. (...) Uma pessoa vem ao partido ou ao vereador e indica: “O E., está aqui e é uma pessoa que tem uma liderança.

- E o potencial candidato vem para o partido para conversar?

Não, a gente vai conversar com ele. O DEM foi atrás dele, vários partidos foram atrás desse rapaz. Pelo grau de conversa que tivemos, pelo grau que ele vem trabalhando e por ele estar ajudando a própria prefeitura, por ele estar mudando a característica urbana e social da própria região dele, ele ficou com o prefeito, que era o candidato à reeleição.(Curitiba/PSDB)

Perdemos dois candidatos que poderiam ter sido eleitos pelo PDT, eram filiados, nos últimos dias de setembro. Um foi o J. que foi levado para o PSDB e o outro foi o E., que também saiu do partido no último dia. (Curitiba/PDT)

Tal recrutamento de lideranças acontece de maneira ininterrupta, mas é incrementada nos meses que antecedem a data limite para a filiação partidária para o lançamento das candidaturas no próximo pleito. Desta forma, ao estudarmos os selecionadores em Curitiba estaremos propondo analisar quem elabora a lista partidária, ainda que para isto não seja feito tanto esforço no sentido de cortar nomes – como a princípio se imagina, mas ao contrário, o empenho está em buscar candidatos.

Entre os partidos analisados em Curitiba foi possível verificar diferentes graus de inclusão quanto ao procedimento de seleção de candidaturas. Em decorrência do número reduzido de pré-candidatos, os partidos tendem a aceitar indicação para filiação e de aspirantes a candidatos de todos os integrantes da legenda. O controle de quem pode ser filiado e de quem pode ser pré-candidato varia de partido para partido.

Nesta capital, PT e PSDB apresentaram um padrão de recrutamento e seleção de candidaturas mais descentralizado e inclusivo. No PT, as tendências internas ao partido podem organizar suas chapas para disputarem a indicação das candidaturas através da submissão ao voto dos filiados. Em 2008, no entanto, tal procedimento não aconteceu em Curitiba. Em decorrência do número pequeno de pré-candidatos, a decisão foi por um consenso entre as tendências de forma a elaborar apenas uma lista. Uma abrangente negociação entre as diversas correntes foi realizada até que se chegasse ao consenso da lista, que foi aprovada pela votação entre os filiados.

O PT tem algumas particularidades de partidos de esquerda. Tem democracia interna, tem correntes. Nós estamos em um partido que tem critérios para a escolha e participação de direção e filiados. (...) A tendência é que a seleção de candidaturas seja organizada pelas correntes internas ao partido. Em alguns casos há o consenso como foi o que aconteceu em 2008. O que é bom para dar uma oportunidade para a minoria. (Curitiba/PT)

No PSDB, a escolha dos candidatos aparece de maneira bastante descentralizada, tal como no PT. Se neste último os grupos de referência para a elaboração das chapas ou indicação dos candidatos são as tendências internas, no partido tucano eles são as unidades zonais do partido. Em Curitiba, o PSDB conta com dez zonais distribuídas em diferentes pontos da cidade. A primeira preocupação do partido é garantir que a distribuição de candidatos nos diversos bairros da cidade guarde proporcionalidade com a distribuição dos eleitores. Ou seja, espera-se que na zona sul da capital haja mais candidatos do que na zona norte, pois a primeira regional é mais populosa do que a segunda. Tal preocupação está presente em todos os partidos, no entanto, no PSDB ela inicia o processo de recrutamento.

Uma vez definidos quantos candidatos serão lançados por região, tais vagas são distribuídas entre zonais. Na própria zonal, ocorre a competição pelas vagas recebidas. Organiza-se o processo de escolha dos aspirantes, que tendem a ser pessoas da região que em momento anterior já entraram no partido e já ocupam um cargo dentro daquele diretório. Promove-se a eleição na zonal que com o voto dos delegados definem os candidatos que comporão a lista partidária. Vereadores em busca de reeleição também se submetem ao crivo das zonais, assim como os nomes indicados por lideranças dentro do partido.

A primeira prévia é nas zonais. Como temos 57 vagas para candidatos, buscamos em média 5,7 candidatos por zona eleitoral. Como na região norte temos menor número de habitantes, nas zonais desta região a média baixa para 3 vagas por zonal. Feito o cálculo, chegamos para o presidente desta zonal e dizemos: “Olha, você tem que me indicar três candidatos. Não existe candidatura nata. O fato de eu ser vereador não quer dizer que eu possa ser vereador de novo, eu tenho que pôr o meu nome em votação. Então a briga acontece nas zonais. Tem cinco pré-candidatos?! É preciso decidir por três e passar tais nomes escolhidos para o diretório municipal. Em geral o diretório fica com mais 2 ou 3 vagas ainda na manga.

Vale ressaltar uma constante que esteve presente em todos os partidos. De acordo com todos os dirigentes, o Diretório Nacional não exerce qualquer interferência na eleição proporcional municipal. Exerce, sim, na eleição majoritária, mas não na escolha dos candidatos a vereança. Há também grande autonomia em relação aos Diretórios Estaduais. No entanto, argumentam que as lideranças estaduais - de forma avulsa – tendem a indicar pré-candidatos. O encaminhamento dado por todos os

partidos é tratar tais nomes assim como os demais. Isto é, no caso do PT, tal indicação deve disputar espaço dentro das correntes internas do partido a fim de pleitear em última instância o espaço na lista da legenda e, posteriormente, ser eleito pelos filiados. No caso do PSDB, tem-se o mesmo processo. O indicado pelo líder terá que se submeter à escolha nas zonais, em geral. Nos demais partidos, onde tem-se um processo de seleção de candidatura mais centralizado, o nome indicado pela liderança precisará ser aceito pelos dirigentes partidários.

Não há interferência do Diretório Nacional. Do Diretório Estadual, sendo a disputa na capital, sempre é relevante. Não há uma interferência formal, mas as lideranças do estado sempre interferem na chapa. Inclusive porque o deputado está interessando em ter candidatos fortes, em ter a sua rede. Só que vai contar garrafinhas na hora da convenção. No PT, existe este termo contar garrafinhas. Ele vai influenciar? Vai influenciar, mas de forma legítima. Se ele tem força política, ele vai ganhar no voto. O que não acontece é alguém que está totalmente vetado ser aceito em decorrência de uma liderança que quer colocá-lo lá. (Curitiba/PT)

Há pedidos dos líderes porque um deputado quer ter um candidato a vereador, isto fortalece o deputado também. Desde que o pedido não fira qualquer pré-requisito e na medida em que não há grande concorrência, a tendência é que ele seja atendido de pronto sem problemas. Como o deputado DA me apresentou uma moça P., da auto-escola, como candidata. É uma candidata apadrinhada para um deputado, mas como a gente está num processo de que se busca candidato... (Curitiba/DEM)

Nos demais partidos, a tendência é a maior centralização do processo de seleção de candidaturas. Em um estágio intermediário de centralização, encontra-se o PDT. O partido mobiliza os dirigentes dos diretórios zonais além de lideranças dos diretórios municipal e estadual. No PDT, os presidentes dos diretórios zonais compõem o grupo de selecionadores juntamente com os presidentes dos Diretórios Municipal e Estadual, os vereadores e os deputados estaduais e federais.

PSB, DEM, PP e PMDB apresentaram o mesmo padrão de recrutamento. Isto é, fortemente centrado e dependente dos dirigentes do diretório municipal. PSB e DEM não contam com a participação de diretórios zonais ou estaduais, nacionais. Sem diretórios zonais, mas com algum vínculo com o movimento social, o presidente do partido tenta fazer um elo entre partido e sociedade através de grande esforço pessoal. Sem diretórios zonais e sem base em movimentos sociais, o dirigente do DEM lança-se em uma busca de candidatos de forma quase isolada. Ao seu lado, um vereador e o

Secretario Geral do partido. A busca inicia-se com o levantamento das listas com resultados de eleições proporcionais recentes. Identificam-se candidatos que obtiveram uma quantidade relativa de votos, mas que não conseguiram se eleger. A partir do levantamento cadastral, o passo seguinte é entrar em contato com os mesmos a fim de apresentá-los o partido e convidá-los para a filiação. Assim como nos demais partidos, existe a preocupação em aumentar a abrangência da representação dos candidatos tanto para segmentos sociais como para segmentos regionais.

Há que ser ressaltado que o recrutamento de candidatos deve ser visto como uma atividade elaborada pela organização partidária. Isto é, o seu alcance está delimitado pelo tamanho e desempenho da mesma. De acordo com o dirigente dos Democratas, ao assumir a presidência do Diretório Municipal há poucos anos, tudo o que existia no partido “cabia em uma caixa de sapato, nem mesmo a lista dos filiados existia”. Situação similar foi relatada pelo dirigente do PP. O dirigente do Partido Progressista também contou com um grupo muito reduzido de pessoas para montar a sua chapa, adotando critérios semelhantes ao do democrata para angariar candidatos.

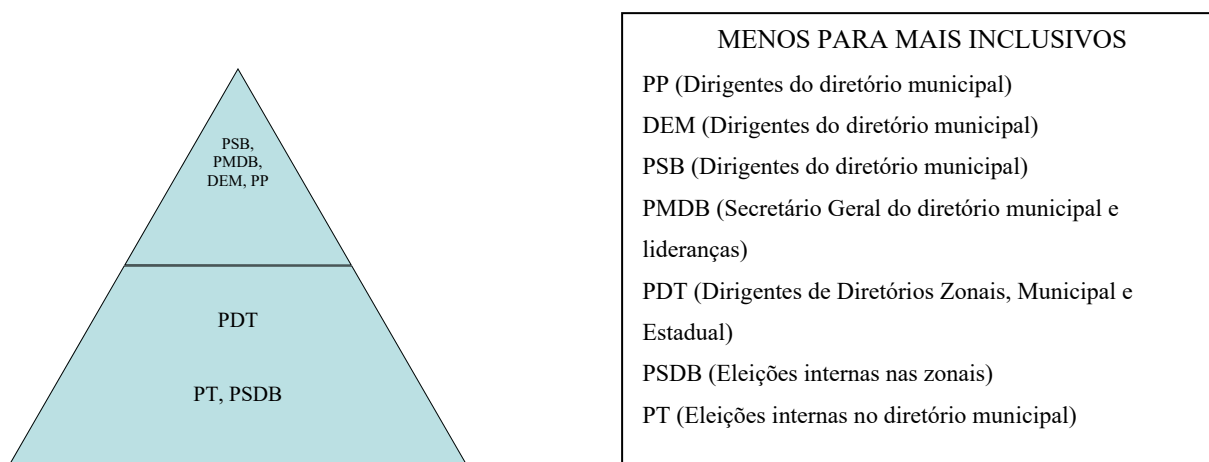
Nas últimas duas campanhas, a seleção de candidaturas foi centralizada na minha pessoa, porque o presidente do diretório municipal primeiro foi o Alberto, depois, o Ney; e agora, o vereador Ângelo, mas mesmo esta tarefa ficou para mim. Na primeira eleição que foi em 2004, quando a direção estava se formando e me convidou, nós pegamos um partido desestruturado. (Curitiba/PP)

O PMDB também apresentou um padrão bastante centralizado de composição da lista. O Secretário Geral do partido por várias eleições é o responsável pela indicação de quase toda a chapa. A tramitação segue o exemplo dos demais partidos no que se refere ao esforço de montar uma lista com representantes de diversos segmentos da sociedade. O secretário demonstrou ter grande proximidade com o grupo político do governador e apontou que lideranças partidárias também influenciam na escolha dos candidatos.

Eu vou falar como nós montamos a nossa chapa. Nas últimas três, quatro eleições, eu ajudei a montar, eu montei, vamos supor, 60, 70% da chapa. O resto ficou com a parte mais comum do partido. Tem esse que quer privilegiar aquele, vem esse que quer aquele ali. Mas 70% efetivamente da chapa é feita com militantes freqüentes do partido. A maioria dos partidos não consegue nem montar uma chapa, mas no PMDB nós conseguimos. Atingimos o nosso grupo social. Disseminamos as atividades políticas e administrativas, para que montemos uma chapa com maior abrangência no aspecto social, diversificada.

A gente pega o futebolista, o radialista, este, aquele, e pega também militante de base que vai lá fazer voto pra gente, vai lá pedir voto, tem tudo isso também. Agora, como a gente chega nesta caminhada? O militante, que são quase 70%, são aqueles que caminham com a gente sempre, e chega para o partido e dizem: “quero ser candidato”. (Curitiba/PMDB)

Quadro II: Grau de Centralização do Processo de Seleção: Curitiba.



2.2.2) Que valores são considerados pelos selecionadores na elaboração das listas

Nota-se uma unanimidade quanto ao principal valor que um aspirante deve ter para ser candidato e eleito: é preciso ter voto. Isto é, aquele candidato que demonstra potencial para angariar muitos votos seja porque representa um bairro ou um segmento da sociedade, ele é muito bem-vindo ao partido. Os dirigentes também foram unânimes na necessidade do cumprimento da regra definida em lei de ter o nada consta da justiça. Há uma grande tendência de prestigiar os membros que já são do partido na hora da seleção da candidatura. Ter disposição para fazer uma campanha, também foi um ponto citado por vários dirigentes como sendo muito desejável em um candidato.

Já de maneira mais dispersa surgiram ainda outros valores. Ser comunicativo, valor declarado pelos dirigentes do DEM e do PMDB. Ter afinidade ideológica, compromisso com uma causa ou segmento, foram aspectos ressaltados pelos presidentes

do PT, PSDB, PMDB e PSB. Ter o apoio da família e estar disposto a sacrificar a vida privada durante o mandato foram mencionados pelos dirigentes do PT e do PP.

No entanto, valores recorrentemente apontados pela literatura como sendo importantes tais como grau de escolaridade, classe social e idade tiveram o seu peso reduzido pelos entrevistados.

Em uma entrevista você faz perguntas pra ele. Que trabalho você já fez? Tem algum trabalho social? Eu tive um candidato que era presidente da Associação dos Funcionários da PUC. Então você olha para um cara desses e você diz: Ele não faz menos de setecentos votos. Entende? Você vê ainda se ele é comunicativo. Porque às vezes a pessoa é um monte de coisas, mas é introvertida, entende? Mas, com a atual não seleção, hoje em dia, vai o introvertido, o não sei o quê, e a gente busca fazer um trabalho muito bom de preparação. (Curitiba/DEM)

Primeiro é a questão das certidões negativas. Não adianta ter voto, ter liderança, ter tudo e estar com esta pendência. (Curitiba/PSDB)

O que a gente faz é analisa o currículo da pessoa, não é analisar se o candidato é doutor, é isso ou aquilo. É o currículo social dele, se ele participou de um sindicato, de uma igreja, se ele tem uma inserção social, uma liderança do bairro. (Curitiba/PDT)

2.3) Salvador

2.3.1) Quem são os selecionadores

Assim como aconteceu em Curitiba, foram poucos os partidos que precisaram selecionar candidatos para a composição da lista. O número de pré-candidatos foi inferior ao número de vagas para candidaturas a vereador em cinco dos partidos avaliados. Só ocorreram cortes de pré-candidatos no PT e no PDT. Posto isto, o processo de seleção de candidaturas foi descrito como simples, sem competição interna.

Ainda de acordo com os selecionadores entrevistados, em Salvador, foi possível verificar que com exceção do PT, o processo de composição e aprovação das listas tendeu a ser muito restrito. Os dois partidos que demonstraram maior grau de centralização na elaboração das listas foram o PP e o PSDB. O Partido Progressista apresentou um processo de seleção que constava em uma entrevista dos pré-candidatos com o Secretário ou o Presidente do partido no nível municipal. O PSDB elaborou sua

lista prioritariamente a partir: a) a indicação de nomes pelo candidato ao cargo majoritário, o ex-Prefeito Antonio Imbassahy; b) escolha entre já vereadores ou ex-vereadores; c) indicação de outras lideranças partidárias.

Como foi uma eleição municipal e o PSDB teve candidato à prefeitura – Antônio Imbassahy (ex-prefeito de Salvador), a maioria dos candidatos tinha ligações com o ex-prefeito, exemplo disso foi a reeleição do vereador Paulo Câmara. Tivemos também o vereador José Carlos Fernandes (não reeleito), Ruy Bisneto (não se elegeu), Luiz Sapucaia (não se elegeu), Thelmo Gavazza (não se elegeu), ligados ao ex-prefeito. Tivemos também a reeleição do vereador Jorge Jambeiro e a não reeleição do vereador Décio Sant’anna. O candidato a vereador Arnando Lessa, apoiado pelo deputado federal Jutahy Júnior, não conseguiu se eleger. (...) O critério era a referência, indicado por qual liderança do partido e os novos filiados que não tinham referências dentro do partido foram escolhidos pela disponibilidade de vagas.(PSDB, Salvador)

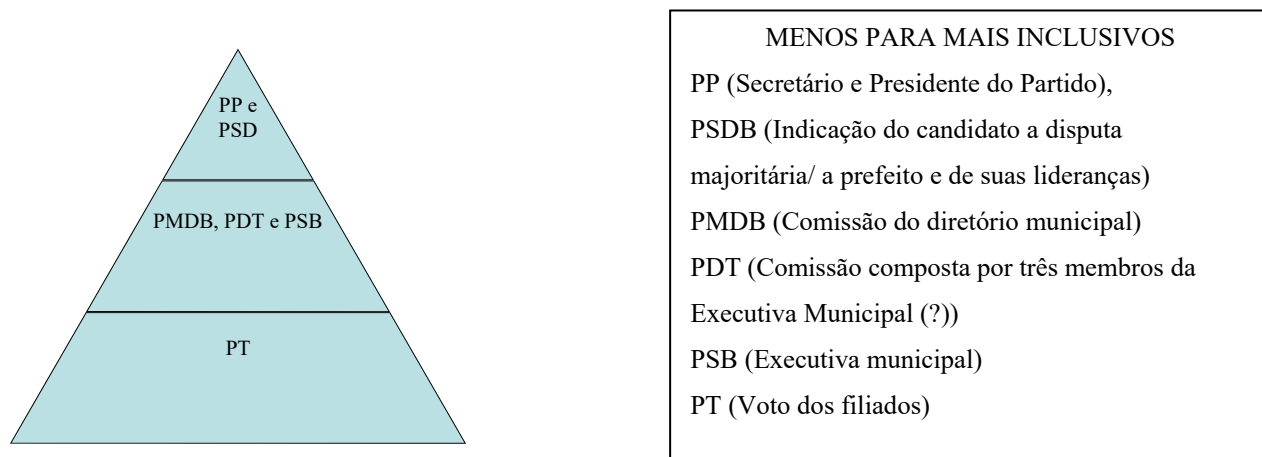
Com uma atitude um pouco mais inclusiva para o processo de seleção de candidaturas, o PMDB e o PDT criaram uma comissão com membros do Diretório Municipal e da Executiva Municipal, respectivamente, para a elaboração das listas. A decisão no PMDB aconteceu praticamente na véspera da eleição e atendeu a critérios definidos como subjetivos, em entrevista. Já no PSB, os selecionadores foram os membros da Executiva Municipal.

Uma semana antes da convenção uma comissão do diretório municipal seleciona os candidatos. Vem muita gente. São feitos encontros regionais para orientar os candidatos sobre legislação, preparação para a campanha, teses do partido. (PMDB, Salvador)

Tivemos oito reuniões da Executiva Municipal com os pré-candidatos. As entrevistas aconteceram com todos e abordavam a área de atuação do pré-candidato, o seu bairro, a sua inserção em movimentos, e tempo.(PSB, Salvador)

No caso do PT, a lista foi aprovada por aclamação pelos militantes em encontro do partido. Em decorrência da necessidade de aprovação pelos militantes, o processo deste partido foi considerado o mais inclusivo do grupo.

Quadro III: Grau de Centralização do Processo de Seleção: Salvador.



2.3.2) Que valores são considerados pelos selecionadores na elaboração das listas

Assim como aconteceu em Curitiba, o potencial eleitoral do pré-candidato é o aspecto mais mencionado pelos selecionadores quando perguntados sobre os critérios para a definição da lista dos candidatos a vereador. Mas foram mencionados ainda outros aspectos como: o candidato assumir compromisso e fidelidade partidária (PP); ele ter já algum tempo de militância (PT); e a proximidade do candidato em relação às lideranças/indicações (PSDB).

Considerações Finais

Nas três capitais, no pleito de 2008, verificou-se que muitas legendas não preencheram a sua lista partidária. Por uma estratégia eleitoral, como o ocorrido em São Paulo, ou por falta de candidatos como em Curitiba.

Foi possível constatar a presença de três perfis bem distintos de grupos de selecionadores. Um primeiro grupo de partidos apresenta um padrão de recrutamento de candidatos a vereador mais descentralizado, com forte participação dos filiados nas instâncias dos diretórios zonais ou municipal. Um segundo grupo de partidos insere os dirigentes dos diretórios zonais, mas exclui a base de filiados, na hora da composição e

aprovação da lista de candidatos. O terceiro grupo de legendas restringe o seu grupo de selecionadores aos componentes dos diretórios municipal e estadual.

É importante ressaltar que ao analisarmos o processo de seleção de candidaturas é preciso considerar a estrutura organizacional da legenda. Partidos com uma estrutura restrita, sem diretórios zonais, tendem a apresentar um processo de recrutamento mais centralizado em decorrência da falta de capilaridade, possibilitada pela existência das zonais.

Sobre o comportamento dos partidos nas três capitais, podemos registrar alguns comportamentos constantes e outros opostos. O PT foi classificado no grupo de legendas com processo de recrutamento mais descentralizado nas três cidades. Da mesma maneira, o PP e o DEM foram classificados no grupo de legendas com processo de recrutamento mais centralizado nas capitais estudadas. Já o PSDB demonstrou comportamento distinto nas três capitais. Em Curitiba, a legenda foi inserida no grupo com processo de recrutamento mais descentralizado; em São Paulo, ela pode ser classificada no grupo intermediário; já em Salvador, demonstrou um comportamento mais centralizador na composição da lista. A mesma variação pode ser verificada com a classificação do PSB nas três capitais: São Paulo (mais descentralizado), Salvador (grau intermediário de descentralização) e Curitiba (mais centralizado).

Quanto aos valores considerados na hora da definição da lista de candidatos à vereança pelos selecionadores, destacam-se: o potencial de voto dos aspirantes; o compromisso que ele apresenta com o partido, a ideologia ou o grupo que representa; ser um filiado ativo no partido; ser comunicativo; ter apoio da família e muita disposição para a campanha.

Bibliografia:

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. (2006), “Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002”. Trabalho apresentado no V Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte

BRAGA, M. S. S. . Reclutamiento partidario y representación: selección de candidatos a la Cámara de Diputados en Brasil. In: Flavia Freidenberg ; Manuel Alcántara Sáez.

(Org.). SELECCIÓN DE CANDIDATOS, POLÍTICA PARTIDISTA Y RENDIMIENTO DEMOCRÁTICO. 1 ed. México: , 2009, v. , p. 231-252.

____ & VEIGA, L.F., MIRIADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24, número 70, junho de 2009.

____ & PRACA, P. Recrutamento partidário: seleção de candidatos a Câmara Paulistana. In: Maria D' Alva Kinzo e Maria do Socorro Braga (Org.) Eleitores e Representação partidária no Brasil. São Paulo, Humanitas/CNPq. (2007)

GALLAGHER, Michael & MARSH, Michael (eds.). (1988), *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. Londres, Sage.

NORRIS (1997) *Passages to Power: legislative recruitment in advanced democracies*.

RAHAT, Gideon & HAZAN, Reuven Y. (2001), “Candidate selection methods an analytical framework”. *Political Studies*, 7 (3): 297-322.

Ranney, A. (1965), *Pathways to Parliament: candidate selection in Britain*. Madison, University of Wisconsin Press.

SANTOS, André Marengo. (2000), *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Porto Alegre, tese de doutorado, UFRGS.

_____. (2005), “Listas eleitorais e competição partidária em perspectiva comparada”. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da Anpocs, 25/29 out. (mimeo.).